

OAB-SP pede urgência em projeto sobre Carteira do Advogado

A seccional paulista da OAB vai pedir urgência na tramitação do Projeto de Lei 183/08, do deputado estadual Hamilton Pereira (PT-SP), que autoriza a Fazenda Pública a assumir a administração da Carteira de Previdência dos Advogados no Ipesp. O projeto pretende ocupar a lacuna deixada pela Lei Complementar 1.010/07 que criou a São Paulo Previdência (SPPrev) como unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e extinguiu o Ipesp.

O deputado Hamilton Pereira se reuniu, na quarta-feira (16/4), com o presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D'Urso, e com diretores da seccional e da subseção de Sorocaba, na sede da Ordem, para avaliar a tramitação e chances de aprovação do projeto, atualmente na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa paulista.

“Este projeto tem importância fundamental para a advocacia porque oferece uma solução definitiva para um problema que aflige milhares colegas que confiaram suas contribuições à Carteira do Ipesp, que até junho do próximo ano estará extinto”, afirmou D'Urso.

O deputado defendeu que o governo pode criar entes de direito público com determinadas atribuições e também pode extingui-los. No entanto, afirmou, o Ipesp tem atribuições que vão além do regime próprio de previdência dos servidores. “É fundamental pensarmos na construção de um entendimento coletivo para que o projeto tenha sucesso. Temos 94 parlamentares e 14 partidos, exigindo uma grande articulação, a começar pelos membros da CCJ”, ressaltou Hamilton Pereira.

O presidente da OAB-SP comunicou ao parlamentar que todas as 218 subseções do estado serão mobilizadas para expor aos deputados de suas regiões as preocupações da Ordem e pedir que apoiem o projeto de lei para que a Fazenda assumira a administração da Carteira. “A lei de custas, contra a qual a seccional de São Paulo pediu uma ADI ao Conselho Federal, em tramitação, terminou com o repasse de 17,5% das custas judiciais para a Carteira dos Advogados. É preciso encontrar algum outro parâmetro para repor este custeio e assegurar a responsabilidade do estado nesta administração”, advertiu D'Urso.

A suspensão temporária de novas inscrições na Carteira dos Advogados, decidida em dezembro do ano passado, também foi assunto da reunião. D'Urso lembrou que a continuidade das inscrições diante do quadro de incertezas que cercavam a Carteira era uma preocupação das entidades gestoras “OAB-SP, Iasp e Aasp.

Clique [aqui](#) para ler o projeto.

Autores: Redação ConJur